

## A DIVERSIDADE ÉTNICO RELIGIOSA, PROCESSOS HISTÓRICOS E REFLEXOS NA ATUALIDADE

Dienifer Selle Megier<sup>1</sup>  
Matias da Veiga Scherer<sup>2</sup>  
Lucas Guilherme da Silva<sup>3</sup>  
Luiza Zambon Baiotto<sup>4</sup>  
Cátia Maria Nehring<sup>5</sup>

### RESUMO

A diversidade étnico-religiosa constitui um tema recorrente e necessário no debate educacional brasileiro, especialmente diante do histórico de escravização e apagamento cultural imposto à população negra desde o período colonial. Apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas implementadas, ainda se observa a permanência do racismo estrutural e da intolerância religiosa, evidenciados por dados recentes de violência e discriminação. Nesse contexto, a escola, enquanto espaço de formação crítica, torna-se essencial para o enfrentamento das desigualdades e para a valorização dos Direitos Humanos. O presente estudo discute as raízes históricas do racismo no Brasil e suas manifestações contemporâneas no contexto educacional, a partir de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Rocha, Almeida, Gonçalves, além da própria Constituição Federal. A investigação busca compreender como o racismo e a intolerância religiosa impactam as relações escolares e de que forma práticas pedagógicas podem contribuir para a promoção de uma educação antirracista e inclusiva. Como resultado, foi desenvolvida e aplicada uma oficina pedagógica gamificada, inspirada no sistema do jogo Munchkin, que possibilitou a criação de um jogo educativo voltado ao trabalho interligado de questões raciais e étnico-religiosas. O jogo foi testado com estudantes do Ensino Fundamental e Médio, com o objetivo de estimular a reflexão crítica, o diálogo e a conscientização sobre a diversidade étnico-religiosa. Durante a aplicação, observou-se o engajamento dos alunos, a participação ativa nas discussões e o interesse em compreender diferentes culturas, crenças e trajetórias históricas. A proposta demonstrou potencial para contribuir com a construção de um ambiente escolar mais respeitoso, equitativo e inclusivo, favorecendo o desenvolvimento de atitudes de empatia, valorização das diferenças e combate ao preconceito.

**Palavras-chave:** Diversidade étnico-racial, Educação antirracista, Gamificação, Racismo Estrutural.

### INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Mestranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, [dienifer.megier@sou.unijui.edu.br](mailto:dienifer.megier@sou.unijui.edu.br)

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Letras Português Inglês pelo Programa Professor do Amanhã da Unijuí, [matias.scherer@sou.unijui.edu.br](mailto:matias.scherer@sou.unijui.edu.br)

<sup>3</sup> Estudante do Curso de Letras Português Inglês pelo Programa Professor do Amanhã da Unijuí, [lucas.guilherme@sou.unijui.edu.br](mailto:lucas.guilherme@sou.unijui.edu.br)

<sup>4</sup> Mestranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, [luiza.baiotto@sou.unijui.edu.br](mailto:luiza.baiotto@sou.unijui.edu.br)

<sup>5</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências - UNIJUÍ - PPGEC – GEEM, [catia@unijui.edu.br](mailto:catia@unijui.edu.br)



A diversidade étnico-religiosa constitui um tema recorrente e necessário no debate educacional brasileiro, especialmente quando se considera o histórico de escravização e o sistemático apagamento cultural imposto à população negra desde o período colonial. O Brasil carrega as marcas de um processo de formação social estruturado na exploração e na desumanização de corpos negros e indígenas, cujas consequências se refletem na marginalização de seus saberes e crenças. Mesmo com avanços legislativos significativos e a implementação de políticas públicas de ação afirmativa, ainda se observa a permanência do racismo estrutural e da intolerância religiosa, evidenciados por dados alarmantes de violência, discriminação e negação de direitos fundamentais.

Nesse cenário, a escola deixa de ser apenas um local de transmissão de conteúdos técnicos para se tornar um ambiente essencial de formação crítica, resistência e combate às desigualdades. A instituição escolar é, por excelência, o espaço onde o sujeito trava o primeiro contato sistemático com a alteridade; portanto, é nela que a valorização dos Direitos Humanos deve ser vivenciada na prática. No entanto, o desafio reside em como transpor as barreiras do currículo tradicional e do racismo institucionalizado para promover uma consciência que vá além do discurso tolerante, alcançando o respeito efetivo e a equidade.

É preciso considerar, ainda, que as abordagens puramente expositivas têm demonstrado limitações no engajamento de jovens do Ensino Médio e das séries finais do Ensino Fundamental. Este público, imerso em uma cultura digital e interativa, demanda metodologias que estimulem o protagonismo e a reflexão ativa. Diante dessa necessidade, a gamificação surge como uma estratégia potente, capaz de traduzir conceitos complexos e sensíveis em experiências concretas e dialógicas.

Nesse contexto, o presente estudo discute as raízes do racismo no Brasil, suas manifestações atuais e o trabalho pedagógico realizado por meio de uma oficina gamificada. Utilizou-se o jogo de Cartas Marcadas, uma adaptação pedagógica do sistema Munchkin, como ferramenta de reflexão e diálogo. O objetivo central deste artigo é analisar como atividades lúdicas e interativas podem contribuir para a conscientização acerca da diversidade étnico-religiosa, bem como desenvolver estratégias que promovam o respeito, a valorização das identidades negras e a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

## **METODOLOGIA**



O presente trabalho tem como principal eixo constituidor a criação de um jogo de cartas que busca contemplar uma proposta educativa interativa gamificada, uma pedagogia contemporânea, que inclui elementos de games como método de ensino. O jogo, intitulado “Cartas Marcadas”, foi baseado no game “MUNCHKIN”, que tem por objetivo ultrapassar níveis através da derrota de monstros. Link do Jogo, com as regras e cartas a serem utilizadas: [https://docs.google.com/document/d/1VKaD\\_evFjo10xlgzuqqfkLsrWhuq6N5XumYBo\\_svGCA/edit?tab=t.0](https://docs.google.com/document/d/1VKaD_evFjo10xlgzuqqfkLsrWhuq6N5XumYBo_svGCA/edit?tab=t.0)

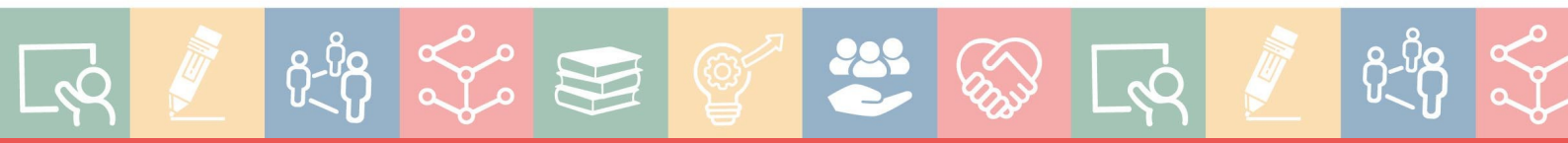
Seguindo essa lógica, adaptamos a estrutura do jogo para contemplar o contexto nacional, especificamente elementos da cultura e historiografia afro-brasileira. Essa adaptação buscou valorizar a representatividade negra e fomentar discussões sobre a identidade e a resistência na formação da sociedade brasileira.

Assim, as cartas monstro foram substituídas por signos ideológicos que refletem o status-quo da sociedade. As cartas de maldição foram adaptadas para eventos históricos e políticos que evidenciam o fenômeno do racismo. Quanto às cartas, auxiliares, aliados e classe, representam personalidades negras, conquistas e contextos representativos das lutas sociais contra o racismo.

Como forma de engajar a participação dos alunos e promover o aprendizado crítico por meio da ludicidade, o desenvolvimento do jogo baseou-se em pesquisas bibliográficas sobre a historiografia afro-brasileira e a diversidade étnico-religiosa, buscando articular teoria, prática e inovação pedagógica no combate ao racismo estrutural.

Após uma breve contextualização histórica, trazendo para os alunos o modo como elaboramos o jogo e provocando o diálogo a partir de algumas questões motivadoras, tais como, “As pessoas negras são tratadas com igualdade, em relação às pessoas brancas?”; “Por que o racismo continua existindo?”; “As religiões de matriz africana são respeitadas no Brasil?”, entre outras, os alunos foram convidados a jogarem o jogo, a partir de uma perspectiva dialógica, mediados pelos acadêmicos que compõem este trabalho. Durante este momento, as próprias cartas e a estrutura do jogo convidaram esses jovens a refletirem sobre o racismo em nossa sociedade, visando provocar em cada um o sentimento necessário para que mudem suas atitudes e vivam com respeito aos demais.

## REFERENCIAL TEÓRICO



## 1- Direitos Humanos e a Diversidade...

Pensar no conceito de Diversidade, implica antes de tudo tomar conhecimento dos Direitos Humanos, visto que esses deveriam, o que sabemos não ser totalmente eficiente, assegurar a diversidade na nossa sociedade. O termo “Direitos Humanos”, como o próprio nome diz, são direitos universais que qualquer ser humano tem pelo simples fato de existir, ou seja, de ser humano. Esses direitos são assegurados pelo Estado, tanto individualmente através de suas constituições e leis, como coletivamente, por meio de ações, tratados e acordos estabelecidos em âmbito nacional e até mesmo internacional.

A conquista dos direitos humanos foi parte de uma construção histórica de muitas lutas, seu termo começou a ser utilizado a partir da publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Duas palavras que traduzem as necessidades básicas de todo ser humano, como o direito à vida, à educação, à moradia, à saúde, à liberdade de expressão, entre outros. Hoje, representa um código de conduta internacional, onde expressa esse conjunto de garantias mínimas necessárias para que uma pessoa viva bem e se desenvolva plenamente.

Os Direitos Humanos, surgem então, como uma ferramenta, capaz de auxiliar na resolução de problemas presentes na nossa realidade e na motivação de lutas para uma vida mais digna. Pensamos agora, em direitos humanos como o respeito à dignidade o que leva ao nosso enfoque central a “diversidade”, um direito jamais alcançado se não por meio da solidariedade e do respeito às diferenças.

Em 2024, o canal de denúncias do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), o Disque 100, recebeu 657.200 denúncias de violação dos direitos humanos, representando um crescimento de 22,6% em relação a 2023. O número total de violações registradas (que podem envolver múltiplos tipos em cada denúncia) também subiu de 3,4 milhões em 2023 para 4,3 milhões em 2024. ([Gov.br](http://Gov.br) 2025)

Esses dados nos mostram que estamos longe de um respeito digno a todos os direitos humanos, o racismo e a intolerância religiosa vêm se destacando e influenciando fortemente a vida das pessoas. Implica agora, saber por quais motivos esses números são tão alarmantes, e em qual contexto histórico o racismo/intolerância religiosa tem sua origem, visto que se mantém fortemente presente na sociedade atual, ultrapassando os Direitos Humanos e o respeito à Diversidade.



## 2- Raízes históricas do Racismo/Intolerância Religiosa...

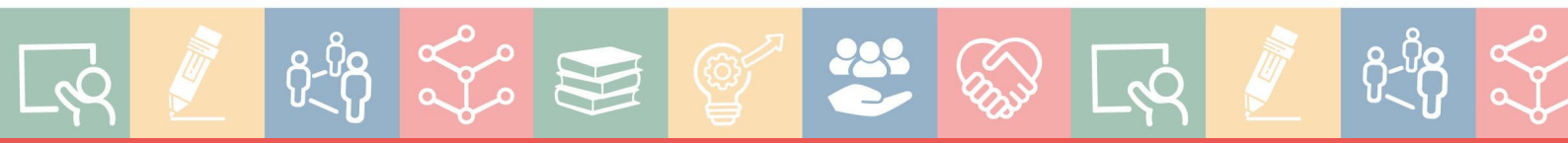
O Brasil tem um histórico de mais de trezentos anos de escravidão da população que vinha do continente africano, crimes estes que ocorreram entre os anos de 1530 à 1888, e só se findou após uma forte pressão externa contra o tráfico dessas pessoas, e movimentos internos que acarretaram na assinatura da Lei Áurea em 1888. Entretanto, o fim da escravidão oficializado no papel, não foi uma realidade para aquelas pessoas, que ora foram simplesmente jogados nas ruas e ora continuaram a serem escravos, sem houverem oportunidades e condições para melhoria da qualidade de vida da população negra escravizada, que sequer eram vistos enquanto seres humanos de direitos.

Em diálogo com a obra de Rocha (2024, p. 02) trabalhamos com o termo “mito negro”, que é “aquele que aprisiona o sujeito negro em uma série de signos já pré-estabelecidos, sem oportunidades de singularidades.”, assim, ações individuais de pessoas negras, ou de qualquer sujeito racializado/marginalizado, passa a ser considerado um padrão de comportamento de todo um grupo, sem enxergar aquele sujeito dentro de sua individualidade.

Em relação às memórias manipuladas, Rocha (2024), afirma que elas servem como aparelho ideológico e político utilizado pela branquitude para apagar a História da população negra, e apagando suas memórias se apaga também quem são, por isso, a população negra, por muitas vezes, foram proibidos de praticar suas religiões, como a Umbanda, seus esportes, como a Capoeira, e são apagados e excluídos da História. Um exemplo ocorre em relação à própria história do Rio Grande do Sul, quando entre os anos de 1835 e 1845 houve a Revolução Farroupilha, uma guerra civil mobilizada pelas elites do estado, insatisfeitos com o Governo Imperial, e contou com a participação dos Lanceiros Negros, que lutavam com a promessa de liberdade (Fuini, 2022), mas quantos de nós estudamos a participação das pessoas negras neste movimento, que constitui a identidade gaúcha, na escola?

Todos os anos a memória da Revolução Farroupilha é lembrada no dia 20 de setembro, com festividades que duram todo o mês, promovidas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), por entidades municipais e pelo governo estadual, segundo Carvalho (2005, p. 144):

[...] a construção da nossa identidade regional passa por cima das mais diversas clivagens de ordem social, econômica, étnica e cultural, operando com a idéia da existência de uma homogeneidade. Ainda que se distinga da configuração do povo brasileiro, essa “fábula regional” não prescinde da ideologia da mestiçagem nas situações em que se torna impossível ignorar a presença dos negros na região. A laboração do imaginário gaúcho sobre si mesmo exclui o negro dos estudos históricos e da própria sociedade (Barcellos, 1996).



Assim, a memória é manipulada e a história e contribuição dos povos negros e indígenas é totalmente apagado e deixado de lado, valorizando aspectos culturais trazidos pelos europeus e esquecendo que a própria figura do gaúcho vem da mistura cultural entre os povos que aqui convergiram. A memória também é manipulada no sentido de esquecermos que os povos indígenas, que aqui vivem e viveram, e africanos, que foram forçados à vir ao Brasil, são plurais e distintos, organizando-se em distintos grupos e comunicando-se em diferentes línguas.

Dessa forma, o racismo se estrutura na sociedade brasileira, fincando suas raízes durante o período colonial, preocupando-se: em generalizar a identidade negra, sem abrir espaço para a criação de singularidades individuais, e em apagar e modificar a História, a partir da narrativa da branquitude. Isso afeta diretamente a forma como enxergamos a História do Rio Grande do Sul, pois esquecemos que muito do que foi feito neste espaço só foi possível pela participação de negros, indígenas e imigrantes, através da mistura de povos nos tornamos o que somos hoje.

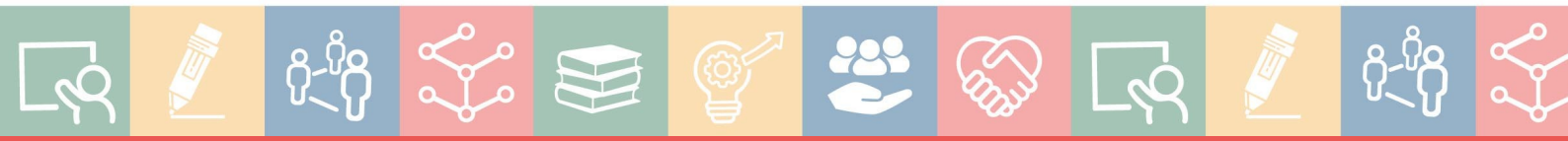
### **3- Racismo estrutural e sua relação com a religião.**

O racismo estrutural pode ser entendido como o conjunto de práticas, instituições e representações que, de forma sistemática e histórica, produzem e reproduzem desigualdades raciais. Diferente do preconceito (ideia negativa) e da discriminação (ação prática), ele não depende de atitudes individuais: está enraizado na própria organização da sociedade. É, portanto, uma lógica que atravessa instituições como escola, justiça, mercado de trabalho, saúde e segurança, moldando a vida social, garantindo a manutenção de privilégios de uns grupos e a exclusão de outros. Como explica Almeida (2019), o racismo não é um acidente do sistema, mas um de seus fundamentos.

Para compreender como esse racismo estrutural opera no Brasil, especialmente em sua violenta relação com a religião, é indispensável ir além do senso comum que resume tudo a “preconceito”. Precisamos diferenciar com clareza os conceitos de preconceito, discriminação e racismo. Essa distinção é crucial, pois nos permitirá demonstrar que a perseguição às religiões de matriz africana não é um conjunto de atos isolados de intolerância, mas sim uma ferramenta estratégica de um sistema de opressão racial.

#### **3.1 - Preconceito Racial**

O preconceito racial é a forma mais básica de intolerância. Ele se manifesta como um juízo de valor negativo e pré-concebido sobre um grupo racial ou étnico. É uma atitude, uma



crença, que não precisa ser exteriorizada em uma ação. *Exemplo:* Achar que uma pessoa é menos inteligente, menos capaz ou menos confiável apenas por causa da sua cor de pele, etnia ou características físicas.

### 3.2 - Discriminação Racial

A discriminação racial é a ação que nasce do preconceito. É o tratamento desigual e injusto dado a uma pessoa ou grupo, com base na sua raça, cor, etnia, religião, etc. É a materialização do preconceito. *Exemplo:* Um empregador que tem o preconceito de que pessoas negras são menos competentes e, por isso, recusa-se a contratá-las.

### 3.3 - Racismo

O racismo é a forma mais profunda e complexa de todas. Ele não é apenas um ato individual ou uma crença; é um sistema de opressão estrutural. O racismo envolve a crença na superioridade de uma raça sobre as outras e a criação de mecanismos sociais, políticos e econômicos que mantêm essa hierarquia. No Brasil, o racismo atua de forma estrutural. Isso significa que ele está enraizado nas instituições da sociedade (escolas, hospitais, sistema judiciário, mercado de trabalho). Ele não precisa de um ato de preconceito ou discriminação individual para existir, pois é uma "força invisível" que perpetua desigualdades.

### 3.4 - A Relação entre os Três

Para resumir, a diferença é de escala: o preconceito é a ideia, a discriminação é a ação e o racismo é o sistema que permite que ambos ocorram de forma generalizada e sistemática. Com essa distinção de escala em mente, fica claro que o foco da nossa análise deve ser no racismo enquanto sistema. Para entender a verdadeira engrenagem da desigualdade racial no país, é preciso ir além da noção de atos individuais e aprofundar a compreensão dessa força estrutural, conforme detalhado no debate brasileiro por importantes teóricos.

O racismo no Brasil não pode ser entendido apenas como atitudes individuais, pois ele molda a própria estrutura da sociedade desde sua formação. Como aponta Silvio Almeida (2019), trata-se de uma racionalidade que organiza as relações sociais, políticas e econômicas, de modo que a história do país pode ser lida como a história de um Estado racista. Isso se expressa, por exemplo, na criminalização das religiões de matriz africana, na negação de direitos à população negra após a abolição e nas políticas de imigração voltadas ao “branqueamento” da população.



No campo religioso, os efeitos desse processo são particularmente violentos. Como analisa Sueli Carneiro, a perseguição às religiões afro-brasileiras configura um “epistemicídio”, isto é, a destruição sistemática do conhecimento de um povo. Ao demonizar o Candomblé e a Umbanda, não se ataca apenas a fé, mas também a ancestralidade, a filosofia e as redes comunitárias que estas tradições preservam. Trata-se de um ataque à existência, que busca romper vínculos identitários e impor um modelo cultural eurocêntrico.

Além disso, a interseccionalidade das opressões torna esse cenário ainda mais complexo: raça, gênero, classe e religião se sobrepõem, intensificando desigualdades. Uma mãe de santo negra em um terreiro periférico, por exemplo, enfrenta discriminações múltiplas, que vão do preconceito simbólico a agressões físicas e disputas territoriais. Em várias regiões, terreiros sofrem ataques de grupos intolerantes ou até do tráfico, o que obriga comunidades a dispersarem-se ou silenciar.

Dessa forma, o enfrentamento do racismo não pode se limitar a mudanças legais. Ele exige desmontar as estruturas que naturalizam desigualdades, valorizar a diversidade como fundamento da identidade nacional e fortalecer as comunidades que resistem há séculos. Como ressalta Almeida (2019), diferenciar preconceito, discriminação e racismo estrutural é passo essencial para compreender a profundidade da desigualdade racial no Brasil.

#### **4- Leis e políticas públicas que sustentam a diversidade racial e religiosa.**

A luta contra o preconceito religioso e o racismo é amparada por um conjunto de políticas públicas e leis que asseguram a igualdade e o respeito à diversidade. O principal marco é a Constituição Federal de 1988, que prevê a consciência de liberdade e de crença, protegendo os locais de culto e reconhecendo o racismo como crime inafiançável e imprescritível. Servindo de base para toda a legislação, leis e políticas públicas, visando proteger as populações historicamente discriminadas e manter o pluralismo como valor fundamental na sociedade brasileira.

Entre as principais leis constitucionais, se destaca a Lei Afonso Arinos (1951), uma lei pioneira no combate à discriminação racial, seguida da Lei Caó (Lei nº 7.716/1989), que foi a primeira a tipificar o racismo como crime no país. A legislação foi ampliada pela Lei nº 9.459/1997, que incluiu a intolerância religiosa e a injúria racial nos crimes de discriminação. No campo das ações afirmativas, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), consolidou diretrizes e princípios para assegurar a igualdade racial, reconhecendo a contribuição histórica da população negra e a importância das religiões de matriz africana.



As políticas públicas complementam e fortalecem estas normas, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Social (SEPPIR), em 2003, foi um grande marco institucional que desencadeou ações voltadas à inclusão social e a valorização da identidade cultural e religiosa. A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013) aumentaram as estratégias de combate ao preconceito racial e de proteção aos terreiros, os reconhecendo como espaços de resistência e de conhecimento ancestral.

No que tange ao campo educacional, as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 determinam a obrigação e importância do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, essas legislações buscam fortalecer a educação como ferramenta transformação social, promovendo a cidadania, o respeito à diversidade e a valorização da identidade cultural. Além disso, elas impulsionam políticas públicas complementares, como a formação de professores e a produção de materiais didáticos que sejam inclusivos, garantindo que o ensino reflita de forma efetiva a pluralidade cultural e étnico-racial no Brasil.

## **5- Diversidade étnico religiosa na educação**

A configuração da sociedade contemporânea coloca em destaque a instituição escolar enquanto o primeiro espaço em que a criança efetivamente tem contato com o outro de si. Excluindo-se a família nuclear burguesa e outras formas iniciais de reconhecimento, tal como a igreja, — não obstante as suas ricas significações — não representam qualquer alteridade, limitando-se a instância de identidade abstrata. Nesse sentido, a escola aparece como o momento da diversidade por excelência, onde o reconhecimento no e do outro permite o retorno dialético da consciência a si mesma, tornando-se, assim, identidade concreta.

A análise da realidade a partir de uma concepção estruturalista, por nós sustentada e aplicada na presente investigação — isto é, a análise da questão racial na realidade brasileira, e mais especificamente na educação — não nos autoriza tomar as partes desvinculadas do todo, ou seja, não nos é permitido pensar o tema atomizando os agentes/sujeitos da prática pedagógica em relação àquela universalidade que perpassa todas as formas de sociabilidade, institucional ou não.

Isso, é claro, não equivale a afirmação de que esforços individuais, seja do professor ou do aluno, diante da questão racial, sejam desprovido de qualquer valor ou mesmo utilidade: as boas intenções já vem sendo realizadas a muito, e pode-se dizer que todo o debate suscitado há de colher seus frutos; no entanto, reafirmamos que soluções pontuais não



são o suficiente para resolver o problema cuja manifestação e preocupação ética é antes estrutural e totalizante — um problema que atravessa as próprias bases sobre as quais se erguem nossas instituições e modo de pensar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oficina Cartas Marcadas foi feita em dois momentos distintos, com um total de 20 participantes. A primeira aplicação ocorreu com 10 estudantes do 1º ano do Ensino Médio, em 5 duplas. A segunda aplicação ocorreu com 10 estudantes do 9º ano, organizados em duplas e trios, como a dinâmica permitiu.

Primeira Oficina: 1º Ano do Ensino Médio: o primeiro estágio da oficina apresentou resultados muito positivos. Os estudantes demonstraram uma compreensão rápida e fácil das regras do jogo, facilidade em compreender os temas discutidos e bom nível de engajamento na dinâmica. Desde os primeiros minutos, as duplas começaram a interagir, ler as cartas em voz alta e discutir seus significados.

Durante o jogo, surgiram comentários relacionados à temática racial. Um dos comentários mais marcantes foi o de um aluno do 1º ano, em tom de brincadeira, se dirigiu ao colega negro afirmando que “ele conhece esse jogo desde 1800”, deixando em evidência como a temática do racismo estrutural atravessa o cotidiano da escola em forma de piadas e pequenas agressões. Esse momento serviu para provocar reflexão, pois tanto o aluno quanto o grupo perceberam que algumas brincadeiras estão totalmente ligadas ao imaginário social racista discutido na contextualização inicial.

Além disso, foi evidente que muitos alunos não possuíam conhecimento aprofundado sobre a história afro-brasileira, sobre resistência, religiosidade e eventos históricos. As notas explicativas nas cartas foram muito importantes para isso, sempre que uma carta apresentava um evento ou personagem histórico, os alunos apresentavam surpresa e interesse, pedindo mais informações. Diversos deles disseram nunca ter estudado esses conteúdos de forma tão direta.

Então, a oficina com o 1º ano confirmou que o jogo é eficaz para o Ensino Médio, pois esse público entendeu a dinâmica de forma fácil e conseguiu juntar o lúdico ao conhecimento crítico.

Segunda Oficina: 9º Ano do Ensino Fundamental: a segunda parte da oficina, apresentou acontecimentos diferentes. Ainda que a turma tenha mostrado interesse, a



dinâmica exigiu uma atenção mais constante. Muitos alunos não entenderam de imediato as regras, pediram ajuda com frequência e tiveram dificuldades para interpretar algumas cartas.

A oficina demonstrou que o jogo Cartas Marcadas exige um nível de leitura, abstração e compreensão mais adequado ao Ensino Médio. Com o 9º ano, a equipe precisou acompanhar por quase toda a duração da partida, explicando as jogadas e contextualizando as informações históricas sempre que havia dúvidas. Apesar disso, mesmo com uma faixa etária mais baixa, a temática criou questionamentos importantes. A falta de conhecimento sobre as religiões de matriz africana e sobre a história da população negra no Brasil ficou ainda mais à mostra, reforçando a necessidade de propostas pedagógicas estruturadas.

Os resultados apresentam que o jogo Cartas Marcadas é mais do que entretenimento, ele atua como ferramenta pedagógica, capaz de tornar visível aquilo que muitas vezes é banalizado no ambiente estudantil. A reação dos estudantes de surpresa, curiosidade, incômodo, de brincadeiras problemáticas, debates espontâneos demonstra que o jogo mobiliza reflexões profundas. No Ensino Médio, a atividade atingiu completamente os objetivos, promoveu diálogo, despertou a consciência crítica e aproximou os alunos de temas que, mesmo estando previstos na BNCC e na Lei 10.639/03, raramente são trabalhados de forma significativa. No 9º ano, ainda que mais desafiadora, a oficina demonstrou de forma clara a importância da mediação e a potência da gamificação para transformar a aprendizagem em experiência real e concreta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desenvolvida evidenciou que o uso de metodologias ativas, como a gamificação, constitui um caminho potente para o trabalho de temas sensíveis e, por vezes, silenciados no ambiente escolar. O desafio do projeto esteve justamente em transformar conteúdos densos — como racismo, intolerância religiosa, apagamento histórico e desigualdade social — em uma linguagem acessível, dinâmica e reflexiva para os estudantes. Nesse processo, foi possível perceber o quanto o desconhecimento sobre a história da população negra e sobre as religiões de matriz africana ainda é significativo, o que reforça a urgência de práticas pedagógicas comprometidas com a educação para os direitos humanos.

O projeto possibilitou um aprofundamento crítico sobre questões sociais que atravessam a realidade brasileira e que, muitas vezes, são naturalizadas no cotidiano. No âmbito profissional, contribuiu para a compreensão da importância da atuação docente enquanto agente transformador da sociedade, capaz de promover práticas educativas voltadas



ao respeito, à equidade e à valorização das diferenças. Já do ponto de vista comunitário e de extensão, a oficina viabilizou o diálogo com os estudantes da educação básica, ampliando o alcance social do conhecimento produzido na universidade e fortalecendo a relação entre instituição de ensino, escola e comunidade.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, diversas competências foram mobilizadas e aprimoradas, tais como o trabalho em equipe, a organização e planejamento de atividades pedagógicas, a mediação de diálogos, a comunicação oral, a capacidade de análise crítica da realidade social e a elaboração de estratégias inovadoras de ensino. Além disso, o projeto favoreceu o desenvolvimento da sensibilidade social, do pensamento crítico e do compromisso ético com a promoção da justiça social e dos direitos humanos. O projeto reafirma a escola e a universidade como espaços privilegiados para o enfrentamento do racismo, da intolerância religiosa e de todas as formas de discriminação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2003.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. O memorial dos lanceiros negros: disputas simbólicas, configurações de identidades e relações interétnicas no Sul do Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 8, jul./dez. 2005, p. 143-152.

FUINI, Pedro. **Revolução Farroupilha. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo**. 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/38089>. Acesso em 05 de out. de 2025.

GONÇALVES, Rosângela Cristina. Quinze anos da Lei 10.639/03-avanços e retrocessos. RIDPHE\_R: **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 4, n. 2, p. 434-439, 2018.

GOV.BR. **Disque 100 registra 657,2 mil denúncias em 2024 e crescimento de 22,6% em 2024**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/disque-100-registra-657-2-mil-denuncias-em-2024-e-crescimento-de-22-6-em-2024?> Acesso em 03 de out. de 2025.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Mariana de Souza. **O mito negro e as sequelas psíquicas da escravatura**. Anais Discursos, Memórias Negras e Esperança na América Latina. 2024. Disponível em:



<<https://www.even3.com.br/anais/1cinalc-e-v-coloquio-raca-e-interseccionalidades-387936/787656-o-mito-negro-e-as-sequelas-psiquicas-da-escravatura>>. Acesso em 06 de out. de 2025.

STEVE, Jackson Games. **Munchkin: the card game**. Austin: Steve Jackson Games, 2001.

